**Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos, Secretary of State for National Defence and Maritime Affairs, Portugal, Speech at the European Maritime Day Stakeholder Conference in Gijón**

Gostaria de começar por agradecer à Presidência espanhola e à Comissão Europeia o convite formulado para participar nas comemorações do Dia Europeu do Mar, em Gijon.

O dia 20 de Maio é o Dia Europeu do Mar. E foi também o dia do ano de 1498 em que o navegador português Vasco da Gama chegou a Calecut, na Índia, abrindo ao mundo ocidental as portas do comércio com o Oriente, naquilo que foi o início da globalização. Esta é, pois, também por isso, uma data especial para Portugal.

Mais de 5 séculos passados sobre o dia da chegada de Vasco da Gama à Índia, Portugal está determinado em continuar na linha da frente de uma política integrada para o Mar, baseada em premissas de justiça, segurança e sustentabilidade.

Em 2006, o Governo português aprovou a Estratégia Nacional para o Mar, onde estabelece o roteiro para a uma política marítima transversal aos mais diversos sectores de actividade relacionados com o Mar. Esta Estratégia preconiza a constituição de clusters que concentrem as sinergias existentes num País de indiscutível vocação marítima e procura criar as condições para que os *stakeholders* possam desenvolver as acções necessárias à preservação e aproveitamento dos recursos marinhos.

Neste quadro, foi criada uma Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, presidida pelo Primeiro-ministro. Esta Comissão integra não só os ministros com responsabilidades nas matérias relacionadas com o mar, mas também os principais stakeholders do sector.

A dinâmica gerada nos últimos anos em torno dos assuntos do mar levou à criação de importantes *fóruns* de iniciativa privada. Um primeiro, mais amplo, com o objectivo de reflectir, discutir e dinamizar o conhecimento e a participação dos cidadãos, cientistas, agentes culturais e educativos, empresários, responsáveis da administração e demais interessados; um segundo, já de natureza empresarial, que procura congregar esforços para os empresários assumirem o mar como uma prioridade nos seus investimentos.

O Dia Europeu do Mar foi institucionalizado em 2008 com a finalidade de destacar o papel crucial desempenhado pelo Mar na vida das comunidades costeiras e de todos os cidadãos da União Europeia.

Há razões objectivas para que a Europa celebre o Mar:

* O nosso continente tem 70.000 Km de costa;
* 22 dos 27 países são estados costeiros ou ilhas;
* as regiões costeiras contribuem com 40% do PIB e concentram igual percentagem de população;
* mais de 2/3 das fronteiras da União são fronteiras marítimas.

Portugal esteve desde o início particularmente empenhado no processo de concepção de uma estratégia marítima para a União Europeia: juntamente com a Espanha, que hoje merece aqui uma saudação especial, e com a França elaborou a primeira contribuição para o Livro Verde.

Pela sua História, Portugal pode ser ainda uma plataforma privilegiada de ligação entre a União Europeia e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A nossa posição geoestratégica como primeira fronteira europeia para o Atlântico implica grandes desafios e responsabilidades em áreas como a defesa e a segurança (*safety* e *security*), vigilância e prevenção e combate à poluição do mar.

Quanto à defesa e segurança, gostaria de salientar os desafios que se colocam aos Estados-Membros com a perspectiva de aproveitamento e exploração dos recursos marinhos numa altura em que os mesmos escasseiam em terra. Mas também não podemos esquecer as ameaças que tradicionalmente se apresentam aos estados costeiros. O Atlântico Norte é, como todos sabemos, um espaço marítimo por onde passam grande parte das mercadorias transportadas por via marítima. Portugal, cujos espaços marítimos cobrem uma área substancial deste oceano, está, naturalmente, atento a este facto e empenhado em participar, ou mesmo liderar, alguns dos projectos em desenvolvimento neste âmbito, como é o caso do BlueMassMed.

No respeitante à protecção e preservação do meio marinho e do combate à poluição, está comprovada a elevada vulnerabilidade das costas atlânticas da Europa a incidentes de poluição do mar. Por isso, Portugal está apostado em estreitar a cooperação com os vizinhos mais directos, especialmente através da ratificação do Acordo de Lisboa, assinado em 1990 por Portugal, Espanha, França, Marrocos e a Comunidade Europeia, mas que ainda não entrou em vigor. Permitam-me aproveitar esta oportunidade para sublinhar a importância de tornar este acordo efectivo, garantindo a cooperação regional no âmbito da prevenção e combate à poluição do mar.

Por outro lado, a importância da conservação da natureza deve ser particularmente realçada neste ano de 2010, declarado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Biodiversidade. Espera-se, pois, que neste contexto sejam promovidas iniciativas com vista a proteger a biodiversidade e a encorajar as organizações públicas e privadas assim como as organizações não governamentais, as empresas e os cidadãos a envolverem-se neste importante desígnio de toda a humanidade.

No campo da conservação, defendemos a implantação de uma rede de áreas marinhas protegidas, cujo melhor exemplo é o campo **Rainbow**, situado a sul do arquipélago dos Açores, considerado pelas Nações Unidas como área marinha de jurisdição portuguesa, no âmbito da Convenção para a Protecção do Ambiente Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR Convention).

Este campo hidrotermal, núcleo de diversas, diferentes e únicas formas de vida, situa-se a 2300 metros de profundidade e estende-se por uma área de 2215 hectares.

Do nosso ponto de vista, também o desenvolvimento da aquacultura deve ser encarado como uma actividade económica que contribui para a preservação das espécies. Portugal é o maior consumidor de peixe da Europa, pescando cerca de 240 mil toneladas/ano e produzindo em aquacultura apenas 7,4 mil toneladas – muito pouco. A aposta na aquacultura e, designadamente, na aquacultura offshore, foi recentemente assumida como uma aposta estratégica no desenvolvimento da economia do mar. No próximo ano, a nossa produção mais do que duplicará, e até 2013 ultrapassará as 35 mil toneladas/ano, tendo recentemente o Ministro das Pescas lançado um concurso público para atribuição de 60 lotes de aquacultura offshore, que produzirão mais de 18 mil toneladas de pescado e bivalves.

Por outro lado, o empenho de Portugal no aproveitamento e na exploração dos recursos marinhos e o investimento em tecnologia para permitir a prospecção de novos recursos com valor económico são também exemplos do nosso comprometimento.

Como o são igualmente o projecto de extensão da plataforma continental e a elaboração de um plano de ordenamento do espaço marítimo para regular os usos e actividades do mar.

Minhas senhoras e meus senhores

Defendemos a existência de uma política europeia do Mar – salvaguardando o que deve continuar na esfera de cada Estado.

Apreciamos os esforços da União Europeia para o desenvolvimento de áreas como a segurança marítima nos seus diferentes aspectos, designadamente, a vigilância marítima, o controlo das fronteiras marítimas, a prevenção e o combate à poluição. São matérias em que o seu papel de apoio aos Estados Membros tem sido efectivo, nomeadamente, através da European Maritime Safety Agency (EMSA). Estes são alguns exemplos de boas práticas e da capacidade da UE para assumir uma posição de vanguarda, levando a comunidade internacional a alinhar pelos seus padrões.

Mas podemos dar mais passos na direcção de uma política marítima integrada que contemple medidas efectivas relativamente à conservação das zonas costeiras e ao desenvolvimento sustentável. Creio que será necessário um maior esforço de financiamento europeu para apoio aos Estados-membros na implementação das suas próprias medidas de conservação em linha com a Política Marítima Europeia. É esse o caminho que queremos percorrer.

Portugal está e estará atento às suas responsabilidades e tudo fará para responder aos desafios que o Mar e todas as actividades marítimas colocam ou possam colocar à União Europeia.

Ao nosso anfitrião, a Espanha, vizinho para sempre, o nosso agradecimento pelo empenho na condução de mais esta etapa na concretização de um desígnio da União Europeia - o Mar, que é também uma parte nobre da sua história.

Muito obrigado.